

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS****CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH**

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905

Telefone: (16) 33518351 - <http://www.ufscar.br>

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021**CONSELHO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS****CoC-CECH**

Data e horário: 05/08/2021, quinta-feira, às 9 horas

Local: <http://meet.google.com/rya-pmze-mcu>

Presidência: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Secretária: Cláudia Fernanda Chinaglia de Oliveira Souza

Membros presentes:

Prof. Dr. Adelcio Camilo Machado (Vice-Diretor do CECH)

Profa. Dra. Adriana Mattar Maamari (Coordenadora do PROFILO)

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (Chefe do DPsi)

Profa. Dra. Aline Suelen Pires (Vice-Chefe do DS)

Profa. Dra. Amanda Ribeiro de Oliveira (Coordenadora do PPGPsi)

Profa. Dra. Ana Paula Gestoso de Souza (Coordenadora do CPed)

Profa. Dra. Caroline Carnielli Biazolli (Vice-Coordenadora do CLL)

Profa. Dra. Cássio Florencio Rubio (Vice-Coordenador do CTILSP)

Profa. Dra. Celi Hirata (Vice-Chefe do DFil)

Profa. Dra. Claudia Raimundo Reyes (Chefe do DTPP)

Prof. Dr. Daniel Marcondes Gohn (Coordenador do CED. MUSICAL-EAD)

Prof. Dr. Daniel Ribeiro Silva Mill (Vice-Chefe do DEd)

Prof. Dr. Eduardo Conegundes de Souza (Chefe do DAC)

Enayton Lucas Perassoli Silveira (Discente Grad. – CPed)

Profa. Dra. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues (Chefe do DL)

Profa. Dra. Flávia B. de M. Hirata-Vale (Coordenadora do CLL)

Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé (Chefe do DME)

Profa. Dra. Juliane Aparecida de Paula Perez Campos (Coordenadora do PPGEEs)

Prof. Dr. Leandro Rocha Saraiva (Vice-Coordenador do CIS)

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (Chefe do DCI)

Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa (Vice-Chefe do DCI)

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna (Chefe do DCSO)
Prof. Dr. Oto Araújo Vale (Coordenador do PPGL)
Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (Coordenadora do CBCI)
Profa. Dra. Rachel de Faria Brino (Coordenadora do CPSI)
Profa. Dra. Renata Prenstteter Gama (Vice-Coordenadora do PPGPE)
Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando (Coordenadora do CEEspSL-D)
Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi (Coordenadora do CCSO)
Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal (Coordenadora do PPGE)
Profa. Dra. Simone Diniz (Vice-Coordenadora do PPGPol)
Profa. Dra. Suzana Reck Miranda (Coordenadora do PPGIS)
Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues (Vice-Coordenadora do PPGE)
Profa. Dra. Thais dos Guimarães Alvim Nunes (Coordenadora do CMUS)
Profa. Dra. Vanessa Cristina Migliato (Técnico Administrativo)
Prof. Dr. Wilton José Marques (Coordenador do PPGLit)

Ausências justificadas:

Profa. Dra. Ariani Di Felippo (Vice-Chefe do DL)
Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto (Chefe do DFil)
Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado (Coordenadora do CLING e Coordenadora do UEIM)

A **Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz**, Diretora do CECH, cumprimentou os integrantes do Conselho e deu boas-vindas aos novos membros: Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal, Coordenadora do PPGE; Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues, Vice-Coordenadora do PPGE; Profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins, reconduzida à função de Coordenadora do CTILSP; Prof. Dr. Cássio Florêncio Rubio, Vice-Coordenador do CTILSP; Prof. Dr. Wilton Marques, Coordenador do PPGLit; e Profa. Dra. Joyce Rodrigues Ferraz Infante, Vice-Coordenadora do PPGLit.

1. EXPEDIENTE

1.1. Comunicações da Presidência

A **Profa. Ana Cristina** informou que chegaria um pedido da ProGPe para que as unidades informassem sobre as necessidades de capacitação, referentes à licença-capacitação à qual os servidores e as servidoras têm direito. Sinalizou que a Direção iria encaminhar ainda naquele dia uma planilha a ser preenchida pelas unidades e que, após o recebimento das respostas, encaminharia à ProGPe.

1.2. Comunicações do Conselho

A **Profa. Dra. Renata Prenstteter Gama**, Vice-Coordenadora do PPGPE, informou sobre as primeiras reuniões da Sub-Comissão de Estágio da Comissão de Esforço Docente, da qual ela é representante do CECH. Segundo seu relato, nas reuniões haviam sido discutidas algumas especificidades dos estágios nos diferentes cursos e a ProGrad iria levantar dados em relação aos estágios. Relatou que haveria uma consulta aos docentes para construir indicadores sobre esse tema.

A **Profa. Dra. Flávia Hirata-Vale**, Coordenadora do CLL, relatou que o GT Planejamento continuava se reunindo semanalmente, às quintas-feiras, e que as atividades da calourada haviam sido programadas no âmbito deste GT. O Grupo estava pensando também em como atender demandas de estudantes que precisam de poucos créditos para integralizar seus cursos.

A **Profa. Dra. Ana Paula Gestoso de Souza**, Coordenadora do CPed, relatou que havia sido criado um grupo de trabalho no âmbito da ProEx para discutir mudanças no Regimento da Extensão e que estas propostas deveriam ser discutidas futuramente em reunião do CoC-CECH.

2. ORDEM DO DIA

2.1. Pauta única: Proposta de construção de Projeto de Desenvolvimento Institucional (ProDI) para enfrentamento à pandemia da COVID-19 e realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto de pandemia e pós-pandemia na UFSCar.

A **Profa. Ana Cristina** relatou que haviam sido feitas duas reuniões com a Reitoria, a FAI e as chefias de departamentos para tratar do tema em questão. Destacou que foi anunciado que o orçamento do Governo Federal seria recomposto, mas que, ainda assim, o orçamento aprovado para a área da Educação tinha cortes expressivos. Salientou também que a vacinação vinha se adiantando, o que apontava para um possível horizonte de retomada de atividades presenciais, o que demandava da universidade a adequação de seus espaços físicos em função das novas exigências sanitárias para poder receber presencialmente o corpo discente. Explicou, então, que foi diante destas demandas que a Reitoria havia planejado a construção de um ProDI que pudesse juntar os recursos financeiros de todos os departamentos da UFSCar e, assim, implementar as ações necessárias. Para dar maiores esclarecimentos sobre questões regimentais e operacionais relacionadas a estes recursos e à sua transferência para o ProDI em questão, a Profa. Ana Cristina havia convidado o sr. Marcelo Ferro Garzon e a sra. Roziane Loureiro Barbosa, ambos da FAI-UFSCar, aos quais agradeceu pela participação e passou-lhes a palavra.

Marcelo Ferro Garzon, da FAI-UFSCar, agradeceu pelo convite e iniciou explicando sobre a distinção entre recursos públicos e recursos privados. Para isso, esclareceu que se entende como recurso público tudo aquilo que é proveniente de verbas públicas, inclusive de agências de fomento; porém, complementou que, em função da análise de outras normativas, a UFSCar compreendeu que as verbas obtidas através de cursos de especialização também deveriam ser consideradas como recurso público. Nestes casos, para utilizar estes recursos, seria necessário fazer um acordo específico com a FAI, pois cada órgão tem seus regimentos no que concerne a ressarcimento e retribuição. Já no caso de recursos privados, haveria uma maior flexibilidade em relação a ressarcimento e retribuição, pois isso se dava conforme regimentos da Extensão, internos à universidade. No caso de recursos públicos, informou que havia duas opções para ressarcimento. Um deles seria a contrapartida do projeto, pelo qual há um consenso entre a unidade beneficiária do ressarcimento com a coordenação do projeto, de modo que o próprio projeto prevê, já em seu orçamento próprio, algum investimento na unidade. A segunda opção seria a de repasse à UFSCar, de caráter obrigatório, conforme norma do Acordo de Cooperação Institucional (ACI). Na primeira opção, os recursos poderiam ser utilizados já no início do projeto; já na segunda, o recurso iria para a universidade e poderia ser utilizado mediante prazos estabelecidos em contratos. Marcelo informou ainda que, no caso de recursos privados, havia ainda outras duas opções, além daquelas possíveis em recursos públicos. Uma delas seria a previsão de Reserva Técnica Institucional que poderia ocorrer no início ou no andamento do projeto. A segunda seria a dação em pagamento, que ocorre quando os valores destacados a título de ressarcimento são utilizados para aquisição de material permanente e esse material é doado para a universidade. Reforçando, no que concerne ao repasse à UFSCar, há uma maior flexibilidade de prazos para uso dos recursos, pois estes atendem a deliberações da própria universidade.

Marcelo esclareceu também sobre a Reserva Técnica Institucional, informando que esta foi criada pelo CoEx, ficando estabelecido que seu uso deveria ser considerado de interesse comum da unidade proponente, ter sido previamente aprovado pelo seu conselho, ser coordenado pela chefia da unidade proponente, ser aprovado pelo órgão colegiado superior competente da UFSCar (no caso, o CoEx) e estar vigente quando do recebimento dos recursos. Informou ainda que a RTI é destinada à promoção e incremento da infraestrutura física (exceto manutenção), material, humana e de propriedade intelectual da UFSCar. No caso da RTI, destacou que é vedada a transferência de recursos ao final do projeto, de modo que, se houver excedente de recursos, estes voltarão à conta da UFSCar.

Complementarmente, Marcelo informou sobre o Projeto de Desenvolvimento Institucional (ProDIn), que foi definido pela Resolução CoAd nº 85 de 2016. Esclareceu que este recurso viabiliza a execução de projetos, inclusive envolvendo obras, mas com a especificação de serem obras novas e não reformas. Além disso, o ProDIn não poderia ser vinculado a um projeto genérico, sua execução deveria estar associada a objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e deveria ser viabilizada com o aporte financeiro da UFSCar. Marcelo esclareceu também que, como a universidade está com orçamento pequeno, está também muito próxima do seu teto de recebimentos e de repasses para o ProDIn, o que pode fazer com que estes recursos tenham que retornar à conta da União. Informou ainda quais elementos devem ser contidos em um ProDIn e destacou que este se limita a apoiar melhorias de infraestrutura, não podendo realizar atividades que sejam de responsabilidade da instituição, como manutenção, conservação ou limpeza. Apresentou ainda o fluxo de processo do PDI e compartilhou o link da página da SPDI que contém essas informações (<https://www.spdi.ufscar.br/desenvolvimento-institucional/prodin>), bem como o link da página da FAI que traz maiores informações (<https://sistemas.fai.ufscar.br/transparencia/home/index/6>). A **Profa. Ana Cristina** agradeceu as explicações de Marcelo e passou a palavra aos membros.

O **Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa**, Chefe do DPsi, relatou que, no interior do DPsi, o grupo tem avaliado que o ressarcimento não é mais a melhor opção, tendo em vista as condições que Marcelo tem apresentado. Nesse sentido, informou que o departamento tem avaliado a possibilidade de fazer uso da contrapartida e pediu maiores orientações sobre essa possibilidade. **Marcelo** comentou que essa é uma possibilidade e que deve ser consensuada entre o coordenador do projeto e a unidade. Destacou também que o ressarcimento não pode ser zerado, mas que pode ter seu percentual negociado. Assim, as chefias das unidades poderiam dar um parecer reduzindo o percentual de ressarcimento caso o próprio projeto tenha previsto investimentos que sejam benéficos para a unidade. **Roziane Loureiro Barbosa**, da FAI-UFSCar, acrescentou que a contrapartida deve ter aderência ao projeto; assim, quaisquer contrapartidas têm que ser pensadas em alinhamento aos objetivos do projeto.

O **Prof. Dr. Daniel Ribeiro Silva Mill**, Vice-chefe do DEd, comentou sobre a dificuldade do Departamento de Educação em relação à manutenção da rede elétrica. Questionou se seria possível que um curso de especialização pudesse fornecer manutenção nesse aspecto. **Marcelo** comentou que, em uma primeira análise e sem ter todo o panorama do caso, entende ser viável esse tipo de ação, pois poderia ser argumentado que a manutenção da rede elétrica é necessária para a realização do curso. O **Prof. Daniel Mill** perguntou se essa aprovação teria que ser feita em reunião de conselho e **Marcelo** informou que cada unidade tem sua dinâmica própria, mas que, para a FAI, basta que a despesa esteja prevista no projeto e que tenha sido aprovada institucionalmente. A **Profa. Ana Cristina** reforçou a necessidade de estreitar as relações com a FAI para que seja possível conhecer os procedimentos mais adequados para se empenhar os recursos. O **Prof. Daniel Mill** relatou que, em 2019, o DEd havia perdido recursos que estavam previstos para serem utilizados em situações mais estruturais.

A **Profa. Dra. Claudia Raimundo Reyes**, Chefe do DTPP, relatou que seu departamento já havia tomado anteriormente uma decisão em relação à destinação dos recursos disponíveis. Destacou que havia sido feita a solicitação da coordenadora do projeto para que o Departamento abrisse mão de sua restituição para que ela própria pudesse empenhá-lo. Assim, questionou se existe a possibilidade de usar tais recursos desta maneira. **Marcelo** respondeu que, a princípio, não vê riscos.

A **Profa. Dra. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues**, Chefe do DL, deixou registrada no chat a posição favorável do Conselho do Departamento de Letras à proposta que lhes foi encaminhada, reforçando que este posicionamento já havia sido enviado à Direção do CECH por Ofício. O **Prof. Dr. Adalcio Camilo Machado**, Vice-Diretor do CECH, comentou que, caso as unidades comessem a optar pela proposta da contrapartida, seria necessário conceber os projetos e as atividades de extensão de forma mais coletiva e menos individualizada, levando em consideração as demandas e interesses das unidades proponentes. **Marcelo** comentou que o ressarcimento existe pela necessidade de que a universidade se beneficie com os projetos. Relatou que, no passado, houve situações de projetos que tiveram redução de percentual de ressarcimento, mas que não davam contrapartida à unidade e que, quando a coordenação do projeto foi consultada pela chefia, afirmou que não sabia da obrigação desta contrapartida. Nesse sentido, Marcelo reforçou a necessidade de sempre se retomar essas relações entre as coordenações dos projetos e as

chefias das unidades, de modo a lembrar os acordos e alinhamentos, pois há uma rotatividade nas pessoas que ocupam os cargos.

O **Prof. Dr. Eduardo Conegundes de Souza**, Chefe do DAC, reforçou a importância de que haja sempre técnicos-administrativos capacitados para guardarem a memória dos processos de gestão e administração de recursos. Destacou ainda que a situação do DAC é ainda mais fragilizada, tendo em vista que o departamento não dispõe de técnico-administrativo em sua secretaria. Diante desta preocupação, **Marcelo** comentou que, em conversa com Roziane, ambos pensaram na possibilidade da FAI se aproximar das SAFCs dos Centros e repassar informações mais específicas no que se refere ao uso dos recursos.

O **Prof. Daniel Mill** perguntou se haveria a possibilidade de, estando em torno da metade da execução de uma atividade, transformar o ressarcimento ao departamento em uma contrapartida. **Marcelo** disse que, a princípio, considera que seria possível, sim, fazer essa mudança, mas que o mais adequado é analisar-se caso a caso. **Roziane** acrescentou que quaisquer ajustes orçamentários feitos durante a execução de um projeto não têm efeito retroativo, mas seus efeitos se dão na continuidade do mesmo.

A **Profa. Ana Cristina** agradeceu a presença de Marcelo e Roziane e reiterou a importância de se manter diálogo com a FAI. Na sequência, encaminhou para a discussão do Conselho o ponto específico da transferência dos recursos para o ProDIn proposto pela Reitoria. Destacou a complexidade da situação, uma vez que, quando a universidade assume para si a possibilidade de se adaptar para o retorno presencial com recursos próprios, acaba retirando a responsabilidade do governo e sinaliza que pode se autogerir. De qualquer modo, afirmou que considera necessário realizar as ações exigidas pelo momento histórico. Lembrou que um relatório da UNESCO revelou dados bastante preocupantes em relação ao ensino remoto na Educação Básica de nosso país e que, mesmo no Ensino Superior, estavam ocorrendo perdas que eram difíceis até mesmo de mensurar e que tinham caráter irreparável. Nesse sentido, entendia que a proposta daquele ProDIn não deveria ser vista como uma forma de reparação do que se perdeu, mas como uma forma de construir o novo no contexto do pós-pandemia para a retomada das atividades presenciais na UFSCar e, assim, ampliar os horizontes para o futuro de nossas e nossos estudantes, criando mecanismos para que voltem a acreditar na universidade, na escola e no conhecimento.

O **Prof. Daniel Mill** destacou que muitos docentes do DEd tiveram que tirar férias, de modo que não foi possível fazer uma discussão do Conselho. Diante disso, conversou com a profa. Maria Cecilia Luiz que, junto com ele, foi quem gerou a maior parte dos recursos para o DEd. Ambos decidiram aprovar a destinação desta verba para o ProDIn e iriam futuramente informar tal decisão ao Conselho do DEd. De qualquer modo, pediu o apoio da Administração Superior e da Direção do CECH para que busquem alternativas para realizar obras estruturais do Departamento, pois havia uma previsão de que estas seriam custeadas com os recursos que serão destinados ao ProDIn.

A **Profa. Cláudia Reyes** reforçou que as verbas do DTPP estavam empenhadas para a compra de computadores, mas que as pessoas que se beneficiaram com os equipamentos entenderam que as necessidades institucionais eram mais importantes. Ainda assim, informou que o Conselho do DTPP entendia que a retirada sistemática de recursos por parte do governo federal visava minar aos poucos a nossa instituição, e este seria um processo para o qual se deveriam manter total atenção. De qualquer forma, reafirmou a necessidade da solidariedade com o momento pelo qual a universidade está passando.

O **Prof. Eduardo Conegundes** informou também sobre a concordância do DAC em destinar os recursos do departamento ao ProDIn pensado pela Reitoria. Porém, ressaltou que houve um consenso do Conselho em relação à possibilidade de se empenhar parte desses recursos com ações de assistência estudantil, seja através do programa CRIE ou até mesmo do próprio ProDIn.

O **Prof. Alex Sandro** relatou que foram realizadas quatro reuniões do DPsi para tratar desta proposta. Informou que havia uma deliberação do conselho de que 10% dos recursos de cada atividade fossem destinados como ressarcimento ao Departamento, visando a realização de manutenções prediais sem as quais os trabalhos do departamento têm se tornado muito insalubres. Relatou que existiam certos acordos com a gestão anterior em relação ao uso destes recursos, mas que, com a chegada da nova equipe da Reitoria, ficou evidente que alguns destes usos não eram viáveis. De qualquer modo, o

Conselho do DPsi reconheceu o movimento de resistência que aquele ProDIn representava e se mostrou favorável à destinação destes recursos; porém, do total a ser transferido, seriam mantidos no DPsi os recursos privados, que eram do montante de 39 mil reais, e que já tinham uma destinação. De qualquer modo, solicitou apoio da Direção de Centro para o acompanhamento das demandas estruturais do prédio do DPsi.

O **Prof. Dr. Wilton José Marques**, Coordenador do PPG-Lit, destacou que o Programa não tem recursos de projetos de extensão, mas que irá acompanhar a deliberação do Departamento de Letras. Reiterou também as preocupações anteriormente expostas em relação à desresponsabilização do governo federal. Destacou também as preocupações com a PEC do Teto de Gastos, que limita investimentos do governo federal, e que é necessário ser revogada para que a universidade tenha condições de subsistência.

A **Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa**, Vice-chefe do DCI, informou que foram feitas duas reuniões no Conselho do DCI, que deliberou pelo repasse da totalidade de seus recursos. Destacou que o Departamento também tem demandas estruturais, que precisariam ser solucionadas com outros recursos.

A **Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé**, Chefe do DME, registrou que o DME havia deliberado, em reunião departamental, pela aprovação do uso da pouca verba do departamento no ProDIn, reforçando a necessidade de solidariedade em um momento como aquele, já que universidade não teria o devido apoio governamental para a retomada das atividades presenciais.

A **Profa. Ana Cristina** informou que, recentemente, havia sido realizada alguma reforma no biotério da Psicologia, em contato com a Prefeitura Universitária. Assim, reforçou a importância de que as unidades sempre dialoguem, inclusive com a Direção de Centro, para que possam ser buscadas soluções coletivas. Destacou também que na próxima reunião do CoC seria apreciada uma proposta, elaborada por um grupo da ProAd, de recebimento e de priorização de demandas relacionadas à estrutura e ao espaço físico. Em relação à assistência estudantil, reforçou que a universidade já destinava recursos próprios para complementar o PNAES e que já havia sido criado o programa CRIE para complementar essa verba. Esclareceu que, no caso daquele ProDIn, havia previsão de ações para inclusão digital, como compra de computadores ou dados móveis, mas entendia que não estavam previstas ações como pagamentos de bolsas. Em todo caso, considerava que era possível sinalizar estas possibilidades à gestão. Destacou que entendia a gravidade de uma situação que inviabiliza o emprego de recursos para aquilo que havia sido pensado e reiterou o compromisso da Direção em apoiar as demandas das unidades.

Assim, buscando sistematizar os comentários das conselheiras e dos conselheiros, a Profa. Ana Cristina afirmou que, no ofício contendo a deliberação do CoC, seria importante destacar a compreensão do ProDIn como um gesto de resistência, a sugestão de empregar parte dos recursos com a assistência estudantil, o compromisso da universidade com as reformas das unidades e a manutenção dos recursos privados do Departamento de Psicologia. Na sequência, colocou em votação a proposta de ProDIn encaminhada pela reitoria para o enfrentamento à pandemia e realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no contexto da pandemia e pós-pandemia na UFSCar. *Aprovada com 21 votos favoráveis e 3 abstenções.*

Depois de encerrada a votação, o **Prof. Eduardo Conegundes** solicitou edição da gravação da apresentação de Marcelo e Roziane, da FAI-UFSCar, para que a próxima gestão esteja a par do assunto. O **Prof. Dr. Oto Araújo Vale**, Coordenador do PPGL, sugeriu que houvesse um curso de formação permanente para os administradores (chefes e coordenadores) para auxiliá-los no aprendizado da gestão, pois entende que, quando esta aprendizagem ocorre, já está na época de trocar a chefia ou coordenação. O **Prof. Alex Sandro** mencionou que aquela havia sido a última reunião dele no CoC-CECH e agradeceu pelas aprendizagens durante seu tempo de participação nesse colegiado. A **Profa. Ana Cristina** agradeceu pela participação do Prof. Alex, bem como de todo o colegiado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença e colaboração das conselheiras e dos conselheiros, declarando encerrada a reunião, da qual eu, **Cláudia Fernanda Chinaglia de Oliveira Souza**, na qualidade de secretária, redigi a presente ata que assino, após ser assinada pela Presidência e demais membros presentes.

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Presidente do Conselho

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº
23112.013476/2021-81

SEI nº 0605896

Modelo de Documento: Conselho: Ata de Reunião, versão de 02/Agosto/2019